

desta reflexão. O GF é essencialmente relacional, provoca o encontro de pessoas, possibilita a discussão, o diálogo, a oração e assim viabiliza, através das famílias, a construção comunitária do Reino.

NOTA

A experiência pastoral do autor, nos últimos quatro anos, esteve diretamente ligada aos Grupos de Famílias, doze (12) deles sendo por ele acompanhados. Calculando um número de 13 a 15 famílias na constituição de cada Grupo, estima-se que cerca de 150 a 180 famílias foram assim orientadas.

A principal inovação da pastoral familiar desenvolvida por esses Grupos da Famílias foi a tentativa de viver os sacramentos

no âmbito do Grupo. Assim, organizou-se a catequese da Primeira Eucaristia num trabalho em conjunto entre pais e catequistas, com manual específico para catequese familiar a ser desenvolvida ao longo de dois anos. Como resultado, cerca de 150 crianças já foram preparadas pelo Grupo para receberem o Sacramento. Além da Primeira Eucaristia, também o Batismo e o Matrimônio estão sendo preparados e administrados no âmbito do Grupo. Está a caminho, ainda, o projeto da Pastoral Vocacional, bem como outros serviços que comprometem o GF com a comunidade.

Endereço do autor:

Seminário Teológico Dom Honorato Piazzera

caixa postal 5041

88040-970 FLORIANOPOLIS, SC

MERCOSUL, la integración de los pueblos del Cono Sur?

*Mauri Lutz Heerdt
2º ano de Teologia*

Introdução

Neste estudo tratar-se-á do tema da integração. Tema que já esteve presente na luta de grandes personagens e movimentos populares da América Latina. O projeto de integração da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai retoma esta discussão. Mas surge uma série de questionamentos: Por que esta integração, e neste momento histórico? Qual o seu verdadeiro conteúdo? A quem interessa primordialmente? Quem o está conduzindo? Será este o tipo de integração do sonho da "Pátria Grande", pregada por pessoas que ainda hoje inspiram as lutas populares? O artigo pretende dar alguns sinais de resposta a esses questionamentos.

1. Conjuntura internacional

A economia mundial passa por um período de crise, com elevado grau de instabilidade e incerteza. Neste quadro, os países da América do Sul situam-se num grau ainda mais desfavorável, pois enfrentam a superação dessa crise com efeitos devastadores em suas economias.

Nas décadas seguintes, a bi-polarização EUA-URSS foi-se alterando

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os EUA acumulavam quase a metade da riqueza mundial. Nas décadas seguintes, a bi-polarização EUA-URSS foi-se alterando. Outros países entraram como grandes potências no mercado mundial. Enquanto os EUA concentravam seus recursos na área espacial e militar, os outros países investiram em diferentes setores de produção, principalmente na industrialização. "O Japão - cujo PIB total equivale à metade do norte-americano - aplicou, em 1989, 540 bilhões de dólares na ampliação, renovação e tecnificação da sua indústria. Os EUA, por sua vez, US\$ 517 bilhões" (1).

Até 1984 os EUA dominavam 80% do mercado mundial de computadores. Em 1990, o Japão já controlava 43% e os EUA 41%. Esse fenômeno verifica-se também em alguns outros setores.

Por outro lado, a abertura econômica da URSS resultou em conseqüências sérias. Vê-se hoje, no Leste europeu, um conglomerado de países mergulhados numa grave crise. O desemprego, emigrações, privatizações... são algumas características.

Apesar dos esforços feitos pelas então duas superpotências, foi impossível manter inalteradas as correlações de força. Tanto os EUA como a URSS puderam tirar muitas vantagens da sua hegemonia, tanto a nível de expansão de indústrias quanto da competitividade de suas economias. Paulatinamente, porém, os países recuperados da guerra (Japão e Alemanha, principalmente) e outros que se industrializaram, modificaram os fatores da competitividade e se transformaram em sérios concorrentes da superpotências.

A economia mundial caminha para a globalização, onde a reciprocidade passa a ser a marca definitiva

Aos poucos, os mecanismos de regulação econômica internacional são inutilizados ou relativizados pela concorrência das potências em ascensão. Principalmente o dólar, como moeda universal, e o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), como regulador do fluxo de comércio internacional, e o FMI, criado inicialmente para resolver problemas de desajuste interno dos países membros, além de fiscalizar e coordenar o sistema monetário internacional, transformaram-se em ferramenta unilateral de intervenção dos ricos sobre os pobres, forçando-os a adequarem suas políticas internas aos seus interesses, ou seja, forçando o fluxo de recursos financeiros do Sul para o Norte. O Banco Mundial deixou de ser uma agência de promoção do desenvolvimento para transformar-se em financiador de projetos que atacam os sintomas da miséria do Terceiro Mundo e não suas causas (2).

Frente a esta situação de crise, apresentaram-se algumas tentativas de "solução":

a) *de ordem política e ideológica*: Percebe-se a ênfase dada ao "fracasso" do socialismo como alternativa para a classe trabalhadora, e a afirmação da proposta neo-liberal, isto é, a

regulação social através do livre mercado ou a transferência do poder do Estado para o mercado. Há uma ideologização de que o Estado é o responsável por todos os problemas sociais (saúde, educação, moradia etc).

b) *de ordem geo-política*: O crescente declínio da influência dos EUA sobre a economia mundial dá lugar a uma nova disputa pela hegemonia da ordem internacional. O crescimento acelerado do Japão no Oriente, e da Alemanha e demais países europeus, coloca em questão boa parte da ordem econômica mundial. A formação da Europa unificada e o predomínio do Japão no mercado oriental empurram os EUA para uma movimentação defensiva. As iniciativas norte-americanas de abertura das fronteiras ao México e Canadá foram os primeiros passos. Em outras palavras, pode-se afirmar que a economia mundial caminha para a globalização, onde a reciprocidade passa a ser a marca definitiva. Por outro lado, há uma clara tendência à regionalização, tendo como polos os países mais dinâmicos, havendo crescente concentração de capitais, fluxos de comércio, tecnologia e estrutura produtiva. Assim, há a exigência de um novo padrão de competitividade em nível internacional. Ampliam-se os volumes de investimentos e o tamanho dos mercados capazes de assegurar rentabilidade ao capital investido.

Atualmente, alguns blocos regionais já estão formados e outros se encontram em processo de formação, a saber:

1) o **Bloco Europeu**: Mais conhecido como Comunidade Econômica Européia (CEE), é uma integração que já começou em 1957, com o tratado de Roma, segundo o qual gradativamente iriam desaparecendo as fronteiras. Este Bloco está oficialmente consolidado desde 1º de janeiro do corrente ano, com abertura total das fronteiras para mercadorias e cidadãos. Provavelmente no futuro integrará também os países do leste europeu.

Tendência a manter e garantir o monopólio das áreas intensivas do saber

2) o **Bloco Norte-Americano**: Conhecido como NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), dele participam os EUA, Canadá e México. Os EUA sempre tiveram influências fortes na colonização e exploração do México, os serviços de maior poluição e sujeira sendo processados no México a baixos salários. Há estimativas de que 20 milhões de mexicanos estão vivendo nos EUA sem documentos, semi-escravos.

3) o **Sudeste Asiático**: É um bloco que ainda não está institucionalizado, mas já é considerado um dos grandes conglomerados comerciais existentes. O Japão é inquestionavelmente o líder.

4) na **América Latina**: Existem aqui vários acordos regionais em andamento. O MERCOSUL é um destes, e é o objeto específico deste estudo.

c) *de ordem científica e tecnológica*: Um dos aspectos característicos da nova ordem mundial é a tendência a manter e garantir o monopólio das áreas intensivas do saber: a ciência e a tecnologia. Para garantir esse monopólio, governos e empresas dos países imperialistas executam uma política violenta de imposição de leis nacionais de proteção de patentes e de propriedade intelectual. Na mesma linha situa-se a questão da biodiversidade.

2. Tipos ou níveis de Integração

Quando citamos alguns exemplos de integração, não se pode compreendê-los dentro de um mesmo nível. Vejamos alguns:

a) *Áreas ou zonas de tarifas preferenciais*: Não se abolem completamente as tarifas e não circulam todos os produtos ou setores. Também não ocorrem mudanças de política tarifária dos países membros em relação ao resto do mundo.

b) *Área ou zona de Livre Comércio*: Eliminação total de tarifas ou barreiras comerciais entre os países membros do acordo, mas mantendo seus próprios sistemas tarifários em relação a terceiros países.

c) *União Aduaneira*: Além dos itens do Livre Comércio, os países membros adotam tarifas iguais ao resto do mundo.

d) *Mercado Comum*: Além da União Aduaneira, há mobilidade do capital e dos trabalhadores, na área dos países membros. Exige-se prévia harmonização do sistema previdenciário, do seguro-desemprego etc. Esta é a meta do Mercosul, o que implica a abertura das fronteiras para a livre circulação de mercadorias, dos capitais e da mão-de-obra.

e) *União Monetária ou Econômica*: Engloba o Mercado Comum mais uma moeda comum e um Banco Central comum.

3. Processo de Consolidação do Mercosul

Em outros momentos históricos já houve tentativas de integração entre países latino-americanos. O processo do Mercosul teve sua origem mais específica em 1985, com o tratado de Iguazu. Através desse tratado, os presidentes do Brasil e Argentina expressaram sua firme vontade de acelerar o processo de integração bilateral, e criaram uma comissão mista de alto nível, presidida pelos ministros das Relações Exteriores de ambos os países.

Em julho de 1986, Sarney e Alfonsín assinaram o Programa de Integração e Cooperação Econômica. O Programa compreendia um processo prevendo tratamentos preferenciais frente a terceiros mercados e o estabelecimento de mecanismos de proteção para o equilíbrio comercial e produtivo.

O "Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento" entre Brasil e Argentina, de 1988, objetivava consolidar o processo de integração bilateral e instituir, numa primeira etapa, um espaço máximo de dez anos para a harmonização das políticas aduaneira, comercial, agrícola, industrial, de transportes e comunicações, assim como a coordenação das políticas monetária, fiscal e cambiária. Numa segunda etapa se procederia à harmonização gradual das demais políticas necessárias à formação do mercado comum.

Em junho de 1990, o governo George Bush lança a "Iniciativa para as Américas" a fim de acompanhar as transformações políticas e econômicas em curso na América Latina e oferecer uma nova modalidade de relacionamento dos EUA com a região, centrado no comércio, nos investimentos e na solução do problema da dívida.

O Tratado de Assunção, de março de 1991, cria o Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL

Em julho do mesmo ano, ainda em 1990, Collor e Menem decidem criar um Mercado Comum Bilateral e estabelecem que até 31-12-1994 as tarifas serão rebaixadas de forma generalizada, linear e automaticamente.

Afinal, o Tratado de Assunção, de março de 1991, cria o *Mercado Comum do Sul*, o MERCOSUL, envolvendo o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Prevê a extinção de tarifas entre Brasil e Argentina até 31-12-1994 e com Paraguai e Uruguai até 31-12-1995. Foi também aprovada, então, a estrutura do Mercosul.

No mês de junho de 1991, em Washington, acontece o "Acordo de La Rosaleda", relativo a um Conselho sobre comércio

e investimentos, envolvendo os quatro países do Mercosul e os EUA (4+1). Este Acordo reconhece "as oportunidades criadas com o lançamento da 'Iniciativa para as Américas' pelo Presidente Bush, em especial no que diz respeito ao estímulo às políticas governamentais voltadas para o mercado, que irão resultar no desenvolvimento do comércio e do investimento entre as Partes sul-americanas e os Estados Unidos da América"... reconhecendo também "o desejo dos EUA de estimular a criação de um mercado comum que propicie níveis mais altos de comércio"...

Percebe-se, pois, que o Mercosul já é uma realidade. O que se questiona é o processo arbitrário com que se deram as decisões, pois tudo foi decidido sem que o povo nem ao menos soubesse de que se estava tratando.

4. MERCOSUL: Objetivos e Estrutura

4.1 Os objetivos, segundo os documentos oficiais sobre o Mercosul, principalmente o Tratado de Assunção (de março de 1991), são os seguintes:

- Inserir mais competitivamente as economias dos quatro países num mundo em que se consolidam grandes espaços econômicos e onde o progresso técnico se torna cada vez mais essencial para o êxito dos planos de desenvolvimento.
- Favorecer economias de escala, reforçando as possibilidades de cada um dos países membros com o incremento da produtividade.
- Estimular fluxos de comércio com o resto do mundo, tornando cada vez mais atraentes os investimentos na região.

Promover esforços de abertura nas economias dos quatro países

- Promover esforços de abertura nas economias dos quatro países, esforços que deverão conduzir à integração gradual de toda a América Latina.
- Buscar a participação de outros países do continente no Mercosul. Sendo necessário, para isso, diminuir restrições à entrada de produtos e capital estrangeiro e promover reformas básicas, do tipo privatizações, ajuste fiscal, redução de tarifas alfandegárias.
- Atrair investimentos do Exterior nos países do Mercosul.
- Aumentar a produção e a qualidade da oferta de bens e serviços.
- A ampliação dos mercados aumentaria a atividade econômica de vários setores, e a abertura das fronteiras ampliaria a competição, barateando o custo de diversos produtos aos consumidores. A competição entre as empresas implementaria a modernização tecnológica.

4.2 A estrutura do Mercosul é composta dos seguintes organismos:

a) O *Conselho do Mercado Comum*, que é o órgão superior, cabendo-lhe a condução política do processo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição do Mercosul. É integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Economia dos países-membros.

b) O *Grupo Mercado Comum*, que é o órgão executivo, coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. É integrado por quatro membros titulares e quatro suplentes. Estes representam os seguintes órgãos: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia e seus equivalentes (área de indústria, comércio exterior e/ou coordenação econômica) e Banco Central. A este Grupo cabe propor medidas concretas referentes à aplicação do

Programa de liberalização comercial, à coordenação de políticas macro-econômicas e à negociação de acordos frente a terceiros.

O "Grupo" conta com 11 sub-grupos de trabalhos, a saber: 1 - Assuntos comerciais; 2 - Assuntos aduaneiros; 3 - Normas técnicas; 4 - Políticas fiscal e monetária, relacionadas com o comércio. 5 - Transporte terrestre; 6 - Transporte marítimo; 7 - Política industrial e tecnológica; 8 - Política agrícola; 9 - Política energética; 10 - Coordenação de políticas macroeconômicas; 11 - Relações de Trabalho, Emprego e Seguridade social.

A classe empresarial e as centrais sindicais dos trabalhadores também têm acesso a essas reuniões

Estes sub-grupos de trabalho, integrados por técnicos dos quatro países, vêm reunindo-se frequentemente em diferentes cidades dos países membros da integração. A classe empresarial e as centrais sindicais dos trabalhadores também têm acesso a essas reuniões.

5. MERCOSUL: Integração ou Dominação?

É com esta interrogação de Paulo SCHILLING que queremos fazer uma análise das reais intenções do Mercosul, o qual não se constitui numa surpresa, nem numa invenção dos países do Cone Sul. É mais uma pequena peça na grande engrenagem do jogo do poder e do capital.

A "Iniciativa para as Américas" define a estratégia do governo Bush para a América Latina. Os EUA compreenderam que a disputa econômica tornar-se-ia cada vez mais acirrada e difícil. Ficava claro que era preciso garantir um espaço e um mercado capazes de criar as condições mínimas para retomar o investimento e a expansão econômica. A iniciativa combina com um projeto político para os pobres da região, projeto que passa pela manutenção da tradição eleitoral e por mudanças constitucionais legais, visando à remoção de entraves e à garantia dos investimentos. A democracia, nesses parâmetros, se confunde com "livre mercado" ou "livre iniciativa privada".

Na América Latina, dificilmente algum acordo vingará fora desta tutela norteadora. Veja-se como o Acordo de la Rosaleda (4+1), de junho de 1991, deixa claro o desejo de "fortalecer a amizade e o espírito de cooperação entre as Partes sul-americanas e os Estados Unidos da América". O mesmo Acordo advoga a necessidade de implementar um regime transparente de salvaguarda, em conformidade com os princípios do GATT⁽⁴⁾.

Não se trata de exaltar a forma atual do Estado, pois está clara a sua ineficiência e inchaço

Conclui-se daí o relacionamento íntimo entre EUA, a "Iniciativa para as Américas", e o Acordo de la Rosaleda. É um processo que parte dos EUA e volta para lá.

Neste sentido, o Mercosul pode ser entendido como uma eliminação das barreiras para a atuação livre dos EUA/grupos transnacionais/grandes indústrias... Faz parte da reação à crise do capitalismo, buscando a reestruturação do sistema numa orientação neoliberal.

A auto-regulação do mercado significa que todos os que não são capazes de nele se integrar são expulsos. O sistema auto-regulado determina quem é e quem não é ator econômico. O sistema se constitui mediante a expulsão e a exclusão. Sobrevivem unicamente os mais fortes.

Não se trata de exaltar a forma atual do Estado, pois está clara a sua ineficiência e inchaço. Este inchaço é consequência da própria atuação das elites. Volta-se aqui à questão da democracia e do controle democrático sobre a esfera política.

O Mercosul, porém, não parece ser a ferramenta adequada para a concretização do legítimo anseio de integração dos nossos países. Este anseio, expresso de diversas maneiras ao longo da história, não pode concretizar-se mediante uma iniciativa que, por sua lógica (o mercado) e sua intencionalidade (aumento do lucro), necessariamente produz privilegiados e excluídos.

6. Possíveis impactos do MERCOSUL

A integração proposta é integração somente do capital. Mas é apresentada nos meios de comunicação como a salvação da nossa economia.

De fato, ela tem a potencialidade de dinamizar a economia, e a princípio pode trazer amplos benefícios à sociedade. Os benefícios, porém, vão se distribuir muito desigualmente! A forma como se dá o processo, e a condução que os governos e o empresariado dos países vêm dando à integração, fazem com que os benefícios sejam concentrados nos grandes grupos industriais e comerciais.

São as grandes empresas, principalmente as multinacionais, que têm condições de usufruir dos mercados que se abrem. Numa conjuntura de recessão, o pequeno e médio empresariado verão apenas ampliar-se a sua concorrência. Isso levará à falência vários setores industriais nos diversos países.

O desemprego pode aumentar com a integração. A competitividade gerada levará as empresas a um esforço pelo rebaixamento dos custos de produção, que pode ser direcionado aos salários ou à demissão de empregados. As próprias conquistas sociais nos campos da saúde, educação, transporte etc, podem ser atacadas em nome da necessidade de competir no mercado.

O crescimento econômico nem sempre é revertido em benefícios sociais à população. Durante algum tempo, o Brasil foi a oitava economia do mundo capitalista, mas a pobreza e as desigualdades sociais aumentaram nesse mesmo período.

Existem incertezas em muitos campos. Por exemplo, se vai haver livre circulação de mão-de-obra, como ficam os direitos dos trabalhadores? E o salário? A carteira de Trabalho e Previdência social? A Sindicalização e os Movimentos sociais? A educação? Qual o parâmetro legal disso tudo?

A tendência à desregulamentação do mercado de trabalho, para a qual a integração aponta, pode conduzir à perda de algumas conquistas trabalhistas, quase sempre obtidas a duras penas pelos trabalhadores envolvidos. Questões como a estabilidade no emprego, a seguridade social e a liberdade sindical, passam a ser ameaçadas pela tendência a nivelar por baixo quando se trata de direitos trabalhistas.

As consequências da integração não se restringirão ao econômico

Não há nenhum sinal claro quanto à reconversão da mão-de-obra. Se um produto de outro país acabar com a produção daqui, o que fazer com os trabalhadores daqui que ficaram sem emprego? Além do mais, as consequências da integração não se restringirão ao econômico, mesmo que só se fale nisso. Uma vez que estão envolvidas diferentes culturas, raças, etnias, costumes...

Enquanto no setor industrial o Brasil leva vantagens sobre os outros países, principalmente devido às empresas multinacionais aqui instaladas, o mesmo não acontece com a agricultura. Nesta área, a Argentina leva nítida vantagem. Entre os fatores favoráveis à Argentina destacam-se: a fertilidade das terras, o clima mais

favorável, terra plana, menos incidência de doenças e pragas, maior capacitação técnica... o que resulta em menores custos de produção, maior qualidade, produtividade, competitividade, rentabilidade. Isso não é regra geral para todos os produtos, mas para grande parte deles, especialmente os grãos.

"Os pequenos produtores rurais e pequenos agricultores, no Sul brasileiro, produzem para o consumo próprio, de sua família, e vendem o que sobra. Estes serão fortemente atingidos pelo Mercosul, pois, isoladamente, cada um por si, não poderão buscar melhores preços nos outros países. Além disso, os pequenos agricultores vão ter que enfrentar a chamada competitividade na produção. Quer dizer: reduzir o preço de custo e vender mais barato que os outros"⁽⁵⁾.

7. Reflexões e implicações teológico-pastorais

A Igreja, fundamentada na fé, na Palavra de Deus, na Doutrina Social, deve defender os direitos invioláveis da pessoa humana: à vida, educação, saúde, moradia, ao trabalho, direitos políticos (associação, participação...) etc.

É o evangelho de vida abundante e plena para todos os seres humanos, sem distinções

"O trabalho humano... é superior aos outros elementos da vida econômica. O trabalho deve ser remunerado de tal modo que se ofereça ao homem a possibilidade de manter dignamente sua vida e a dos seus, sob o aspecto material, social, cultural e espiritual, considerando-se a tarefa e a produção de cada um, assim como as condições da fábrica e do bem comum" (*Gáudio et Spes*, 67).

O Conselho Latino-Americano de Igrejas propõe alguns itens para reflexão:

- A vontade de Deus, revelada no Antigo e no Novo Testamentos, é o evangelho de vida abundante e plena para todos os seres humanos, sem distinções. Esta afirmação da vida se contrapõe a todo sistema firmado em uma lógica vitimária: aquela na qual a satisfação de uns poucos custa o sacrifício de muitos.
- Quando falamos em desafios pastorais, temos em mente um conceito de pastoral baseado na ação coletiva, na qual não há diferenças entre o clero e o laicato, e que se associa, necessariamente, a uma dimensão profética. Esta pastoral tem dois aspectos inseparáveis: a denúncia e o anúncio, no marco de uma interpretação do processo histórico "a partir do reverso", a partir do lugar dos excluídos.
- Como cristãos, somos chamados a acompanhar a marcha histórica da comunidade humana, sem a pretensão de qualquer tutela. Pelo contrário, estamos conscientes de que compartilhamos da responsabilidade por suas injustiças e falências. Entretanto, nossa tarefa é descobrir os paradigmas do Reino de Deus articulados ou emergentes no processo histórico.
- A história humana é uma história de conflitos, mas a superação desses conflitos não consiste na aniquilação do outro, e sim no seu reconhecimento e participação. O Reino não aparece como triunfo de uma facção, mas na irrupção do novo...⁽⁶⁾

"Um sistema econômico que exige sacrifício de vidas humanas, para poder funcionar, é assassino e idolátrico. Não podemos aceitar um sistema que exige sacrifícios humanos. Aceitar isso é negar a ressurreição de Jesus e negar o Deus que ressuscita os mortos. Aqui está o cerne da idolatria do mercado: enquanto o Deus da vida e o Reino dá vida, em Jesus Cristo, para que todos os seres humanos tenham vida e ressuscitem os mortos, o "deus Capital", da economia de mercado, devora seus próprios

filhos e filhas, ou elimina-os como 'sobrantes' ou restos humanos"⁽⁷⁾.

Parece que a economia e a Igreja vivem atualmente com preocupações bastante diferenciadas. Enquanto a Igreja está dando ênfase à questão da cultura, o Mercosul sequer está tocando nos problemas e diferenças culturais que existem e que podem ser gerados.

"A democracia é a forma adequada de organizar a convivência entre os homens e as mulheres. Ela consiste na simultânea realização e valorização da liberdade da pessoa humana e da participação de todos nas decisões econômicas, políticas, sociais e culturais que dizem respeito a toda a sociedade. Assim, a democracia é a afirmação da liberdade pessoal do cidadão e da liberdade social de participação"⁽⁸⁾.

A democracia consiste, também, na efetiva diminuição das desigualdades sociais, na medida em que proporciona, a todos, as mesmas oportunidades de participação na organização da sociedade, de modo especial no processo produtivo. "A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna: acesso ao trabalho, moradia, terra, educação, organização sindical, participação nos lucros e cogestão das empresas"⁽⁹⁾.

"A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população"

A existência das grandes maiorias empobrecidas e marginalizadas nos nossos países é a negação radical da ordem social e econômica. Elas são a manifestação visível e concreta do fracasso do projeto desenvolvimentista na solução dos problemas globais. Este fracasso se evidencia pela crescente concentração de renda e o aumento dos contingentes populacionais excluídos do mercado formal e do acesso aos direitos básicos da cidadania, bem como pela acelerada degradação ambiental.

Nesse sentido, evidencia-se que a situação em que vivem os pobres e marginalizados é o critério ético para medir a bondade, a justiça, a moralidade de uma organização social, econômica e política e, no nosso caso, da integração que o Mercosul está implementando.

"MERCOSUL, crise econômica e social, e outros assuntos afins, não são simplesmente questões para uma pastoral social. São mais que isso. São questões em que reafirmamos a nossa fé no Deus da Vida, em que pomos à prova a nossa fé e a nossa capacidade em discernir entre Moloc, o deus da morte dos pobres, e Javé, o Deus de Jesus Cristo. O mundo e, em particular, os pobres esperam de nós uma palavra que seja verdadeiramente boa-nova para eles. O momento histórico da globalização, da revolução tecnológica, da recessão por causa dos ajustes econômicos impostos pelo FMI, exige de nós palavras corajosas, capazes de desmascarar os sacrifícios de vidas humanas, impostos em nome do sistema de mercado e de anunciar tempos melhores para o nosso povo"⁽¹⁰⁾.

A Igreja, presença marcante na história dos homens, tem papel fundamental na construção do processo da integração. Pois, atrás dos negócios movem-se pessoas humanas, cuja dignidade precisa ser afirmada e respeitada.

8. Critérios para uma verdadeira Integração

Não queremos rejeitar a priori uma proposta de integração, mas é difícil aceitar a atual forma de integração do Mercosul. Muitos dos pontos sobre os quais está fundamentada esta posição foram já expostos acima, e existem mais. A seguir, alguns critérios

orientadores para uma integração sob a ótica dos trabalhadores, segundo o que se concluiu na Conferência dos Leigos do bloco Sul (RS, SC, PR, SP e MS), em maio de 1992⁽¹¹⁾:

- 1) que tenha por objetivo a verdadeira integração dos povos latino-americanos;
- 2) que priorize a participação de todos os segmentos sociais, segundo os princípios da autonomia, complementariedade, solidariedade, cidadania e democracia entre as economias e os povos, numa articulação política, social e cultural;
- 3) que democratize o acesso às tecnologias para um desenvolvimento mais equilibrado, igualitário e auto-sustentado;
- 4) que respeite o meio-ambiente centrado no ser humano e na qualidade de vida;

Um crescimento econômico que evite as desigualdades

5) que favoreça um crescimento econômico que evite as desigualdades e permita o consumo adequado às necessidades e eleve a qualidade de vida de todos os cidadãos;

6) que construa um sistema pluralista com a participação da sociedade na sua elaboração, decisão e execução, democratizando o Estado segundo os interesses da maioria e construindo gradativamente a comunidade latino-americana;

7) que possa unir o continente contra a dominação econômica internacional e do FMI, e na luta contra o pagamento da dívida externa;

8) que priorize a reforma agrária (acesso à democratização da terra), os interesses da pequena propriedade e sua auto-sustentação e a necessidade de auto-abastecimento alimentar da região;

9) que viabilize políticas que favoreçam a dignidade e a identidade do migrante.

Dessa forma assumiremos a luta por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, a serviço da vida e da esperança. É necessário, pois, ter clareza quanto ao conteúdo de um Mercado Comum. E também garantir a regulamentação prévia das questões trabalhistas, salariais, condições de trabalho, sindicalização, previdência social etc. Porquanto, além dos interesses da economia, há os direitos humanos, os direitos da vida, que precisam ser respeitados e promovidos.

Conclusão

Estamos num momento histórico de crise que é, seguramente, também um período de transição. "O velho ainda está vivo e o novo ainda não se impõe". Ora, tempo de crise é tempo de criação, tanto dos empresários quanto dos trabalhadores.

Por um lado não podemos aceitar um mercado excludente, por outro não é aceitável um Estado totalitário

Este estudo não apontou alternativas concretas de como enfrentar o problema da integração em questão, e seria pretensão demasiada tentar fazê-lo. As alternativas devem brotar da discussão e reflexão não só na cúpula, mas também nas bases populares.

Por um lado não podemos aceitar um mercado excludente, por outro não é aceitável um Estado totalitário. A nossa busca de alternativas passa também por essa constatação.

"É preciso ter claro o tipo de integração econômica que o MERCOSUL pretende estabelecer. Sim, porque existe integração e *integração*. Num caso, a integração que seja o ponto culminante

de um processo de libertação e de desenvolvimento justo e equilibrado de nossos povos, tal como o sonhado pelos libertadores: a "Pátria Grande" dos latino-americanos e caribenhos. Noutro, simplesmente a eliminação das fronteiras econômicas entre os países associados, para tornar mais dinâmica e mais lucrativa a exploração dos mesmos pelas empresas transnacionais que dominam nossas indústrias e setores de exportação. Um processo de **integração solidária**, que trate de corrigir de forma gradativa os desníveis econômicos entre os países-membros, ou uma **integração que acelere o processo de dominação**, de anexação dos países mais débeis pelos mais poderosos - eis as alternativas" (12).

NOTAS

(1) SCHILLING, P., "Mercosul: Integração ou Dominação?", CEDI, São Paulo, 1992, p.79

(2) BELATO, D., "Os tratados de Assunção, o Acordo de La Rosaleda e a Iniciativa para as Américas", Universidade de Ijuí, p.6-7 (mimeo)

(3) ALMEIDA, P. (org.), "Acordo MERCOSUL-EUA sobre Comércio e Investimentos", in "Mercosul: Textos Básicos", Curitiba, 1992, p.123

(4) Id., *ibid.*, p.128

(5) COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, "O Mercosul e os Trabalhadores", in "Cheiro de Terra", Boletim da CPT/SC, n.83, janeiro/fevereiro 1993, p. 8-9

(6) SANTOS, C., "O Mercosul em debate: conseqüências e perspectivas para a ação pastoral", Conselho Latino-Americano de Igrejas, Porto Alegre, 1992, p. 4 (mimeo)

(7) DIOCESE DE CHAPECÓ, "MERCOSUL", in "Terra para plantar e Casa para morar", Roteiro dos Grupos de Reflexão, junho-agosto, 1993, 4º encontro

(8) CNBB, "Exigências Éticas da ordem democrática" (Documentos da CNBB, n.42), Ed. Paulinas, SP, 1989, p.22

(9) Id., *ibid.*, p.23

(10) SUNG, J.M., "Crise das ideologias: Utopias secularizadas X Reino", in DEBATE (Suplemento do Jornal "Contexto Pastoral"), n. 15, julho/agosto 1993, p.15

(11) CONFERÊNCIA DOS LEIGOS DO BLOCO SUL, "Mensagem dos cristãos católicos do Bloco Sul" in "Vida Pastoral", Ed. Paulinas, SP, setembro/outubro 1992, p.50

(12) SCHILLING, P., art. cit., p. 199

Endereço do Autor:

Seminário Teológico de Tubarão

caixa postal 5073

88040-970 FLORIANOPOLIS, SC

A FORMAÇÃO DE UMA IGREJA: O OESTE CATARINENSE 1800 - 1940

Pe. José Artulino Besen

Professor de História da Igreja

INTRODUÇÃO

As páginas que seguem são o embrião do capítulo sobre a Igreja no Oeste catarinense, de uma futura *História da Igreja em Santa Catarina*. Nosso desejo é que sejam criticadas, corrigidas e aumentadas por algum leitor caridoso que tiver a paciência de lê-las.

Quando se descobre que Chapecó teve seu primeiro Pároco residente em 1940, é difícil de se escapar da admiração: tudo tão novo, tudo tão maduro!

**É uma homenagem a Dom
WILSON LAUS SCHMIDT que
desejou entrar na paz do Senhor
com o título de Bispo Emérito de
Chapecó**

Pela sua juventude, a atual diocese de Chapecó (com parte desmembrada para a Diocese de Joaçaba em 1975) teve a vantagem de ter sido erigida em 1958, quatro anos antes do Concílio do Vaticano II, e dez anos antes da Conferência episcopal de Medellín. É uma Igreja que ainda goza do influxo saudável do heroísmo e da generosidade dos desbravadores, das populações sociologicamente novas. Não carrega o peso das tradições, e não passou pela experiência colonial e imperial das Irmandades que levavam adiante a vida das comunidades eclesiais litorâneas. Suas irmandades nasceram sob o ideal das Comunidades Eclesiais de

Base, que depois deram origem a consistentes e militantes Movimentos populares.

Este artigo é uma homenagem a Dom WILSON LAUS SCHMIDT (1916-1982), ilhéu da Rua dos Ilhéus, seu segundo Bispo Diocesano, no 25º aniversário de sua renúncia à Sé chapecoense por motivos de saúde (21 de janeiro de 1968), que desejou entrar na paz do Senhor com o título de Bispo Emérito de Chapecó, e que descansa silenciosamente nesta Ilha onde nasceu.

OS CAMPOS DE PALMAS

O Morgado de Mateus, Governador da Capitania de São Paulo, em 1765 mandou que se explorasse o sul da Capitania. Em 1770 chegaram os exploradores aos Campos de Guarapuava. Portugueses e paulistas, interessados na lucrativa atividade pecuária, insistiram em ocupar esses campos, terra dos índios Kaingang, que resistiram. Em 1808, apoiados por uma Carta régia de Dom João VI, os portugueses conseguiram dominar os índios e iniciar a formação de fazendas na região.

A exploração continuou e, em 1809, chegou-se aos Campos de Palmas. Partindo de Guarapuava, e com o desejo de alcançar as Missões portuguesas do Rio Grande de São Pedro, em 1814 uma nova expedição passou pelas extremidades dos Campos de Palmas, chegando a Vacaria.

A notícia da descoberta dos "campos" além de Guarapuava entusiasmou seus moradores. Com igual entusiasmo, o Pe. Ponciano José Alves de Araújo, vigário de Palmeira, organizou uma bandeira com o Coronel José Joaquim de Almeida, para descobrir e